As questões críticas, emergentes e persistentes da segurança alimentar e nutricional global segundo o HLPE/FAO

Los retos críticos, emergentes y persistentes de la seguridad alimentaria y nutricional mundial según el HLPE/FAO

Critical, emerging, and persistent issues in global food and nutrition security, according to the HLPE/FAO

Eduardo Nilson, Felipe Neves e Denise Oliveira e Silva

Resumo: Neste informe, discutimos as questões críticas, emergentes e persistentes na agenda de segurança alimentar e nutricional global segundo o Painel de Especialistas de Alto Nível (HLPE-FSN 2026) do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA/FAO) e os desdobramentos da agenda na 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), bem como as discussões recentes sobre a direção do Programa Mundial de Alimentos e suas possíveis implicações na agenda global de enfrentamento da fome.

Resumen: *En este informe, analizamos los temas críticos, emergentes y persistentes en la agenda mundial de seguridad alimentaria y nutricional según el Panel de Expertos de Alto Nivel (HLPE-FSN 2026) del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial (CSA/FAO) y los avances de la agenda en la 81.ª Asamblea General de las Naciones Unidas (AGNU), así como los debates recientes sobre la dirección del Programa Mundial de Alimentos y sus posibles implicaciones en la agenda global para combatir el hambre.*

Abstract: *In this report, we discuss the critical, emerging, and persistent issues on the global food and nutrition security agenda as identified by the High-Level Panel of Experts (HLPE-FSN 2026) of the Committee on World Food Security (CFS/FAO) and the developments regarding the agenda at the 81st United Nations General Assembly (UNGA), as well as recent discussions on the direction of the World Food Program and its potential implications for the global agenda to combat hunger*

Introdução

A segurança alimentar e nutricional (SAN) global atravessa um momento crítico de inflexão. A proximidade de 2030 torna evidente o descompasso entre os compromissos da Agenda de Desenvolvimento Sustentável e a realidade dos indicadores de acesso a alimentos saudáveis. Os obstáculos ao cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 não são meros percalços conjunturais. Eles revelam falhas estruturais profundas nos sistemas agroalimentares globais. Superar esse cenário exige análise técnica rigorosa, vontade política efetiva e uma governança multilateral muito mais robusta.

Nesse contexto, o Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutrição (HLPE-FSN) publicou sua quarta nota estratégica quadrienal. O órgão atua como o braço científico independente do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA). O documento

intitula-se “Questões críticas, emergentes e persistentes na segurança alimentar e nutrição” (HLPE/FSN, 2026) e representa o diagnóstico mais abrangente do painel desde sua criação em 2009. Seu propósito central é orientar as negociações multilaterais e subsidiar o Programa de Trabalho Plurianual do Comitê para o período pós-2030. Elaborado por especialistas internacionais independentes, o relatório reúne rigor analítico e diretrizes normativas para mapear dez questões estruturais que afetam a garantia universal do direito humano à alimentação adequada.

O relatório parte de um diagnóstico direto. A persistência da desnutrição crônica, a carência de micronutrientes e o avanço contínuo do sobrepeso não decorrem de crises passageiras ou de baixa produção de calorias. Essas questões refletem disfunções estruturais na governança dos sistemas agroalimentares globais. Elas resultam da convergência entre crises climáticas, concentração de poder econômico, fragmentação institucional e exclusão social. Para enfrentar esse quadro, o documento consolida seis dimensões fundamentais da SAN: disponibilidade, acesso físico e econômico, utilização biológica, estabilidade temporal, sustentabilidade ecológica e agência sociopolítica. Esses pilares devem orientar as políticas públicas globais de forma integrada.

Este informe técnico analisa as principais conclusões e recomendações do relatório do HLPE-FSN 2026. O objetivo é discutir seus reflexos na governança internacional e nas políticas públicas nacionais. A avaliação aborda os dez eixos estruturais definidos pelo painel. Entre eles estão a resposta às mudanças climáticas, a articulação com as Convenções do Rio e o enfrentamento da concentração corporativa no setor agroalimentar. O texto também examina o impacto das tecnologias digitais e da inteligência artificial, a aplicação da Saúde Única, o acesso econômico a dietas saudáveis e o fortalecimento da agência das populações. Esses temas são, ainda, articulados aos compromissos da Resolução A/RES/80/157, aprovada pela 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas. A leitura integrada desses documentos evidencia convergências e aponta lacunas de implementação para a transformação dos sistemas alimentares no período pós-2030.

O Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutrição e a Transformação dos Sistemas Alimentares no Horizonte Pós-2030

O Comitê de Segurança Alimentar Mundial, reconhecido como a principal plataforma intergovernamental e multissetorial inclusiva no âmbito do sistema das Nações Unidas voltada para a segurança alimentar e a nutrição, estabeleceu o Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutrição (HLPE-FSN) como seu braço científico e interface técnico-política independente. Criado no contexto da reforma do Comitê em 2009, o painel é composto por um Comitê Diretor e convoca especialistas de renome internacional que atuam a título estritamente individual, sem representação governamental ou institucional direta. O mandato central do HLPE-FSN consiste em prover análises estruturadas e fundamentadas em evidências científicas rigorosas sobre o estado da segurança alimentar global, avaliar tendências emergentes e formular recomendações normativas. A cada quatro anos, o órgão elabora uma nota abrangente sobre questões críticas, emergentes e persistentes, desenhada especificamente para orientar a priorização substantiva das negociações multilaterais e o delineamento do Programa de Trabalho Plurianual do Comitê.

Nesta quarta edição de sua nota estratégica, o HLPE-FSN estrutura uma reflexão aprofundada sobre os gargalos que inviabilizam o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento

Sustentável 2 até o ano de 2030 e traça as bases conceituais para a governança do período pós-2030, sob o título "Questões críticas, emergentes e persistentes na segurança alimentar e nutrição" ("*Critical, emerging and enduring issues for food security and nutrition*") (HLPE/FSN, 2026).

O documento argumenta que a persistência da desnutrição crônica, das deficiências de micronutrientes e a expansão do sobrepeso e das doenças crônicas não transmissíveis associadas à dieta não resultam meramente de falhas temporárias de mercado ou insuficiências na produção agregada de calorias. Além disso, reforça que essa situação reflete manifestações de falhas estruturais na governança dos sistemas agroalimentares globais que operam na convergência de crises climáticas, assimetrias acentuadas de poder econômico, fragmentação institucional e exclusão social sistemática. A SAN contemporânea exige, portanto, a consolidação analítica de suas seis dimensões interdependentes: disponibilidade, acesso físico e econômico, utilização biológica, estabilidade temporal, sustentabilidade ecológica e agência sociopolítica.

De forma mais sistemática, o documento destaca dez questões estruturais e interconectadas que afetam os sistemas alimentares globais na atualidade, que serão detalhadas na sequência de nosso informe:

- Agenda Pós-2030: mudar o funcionamento dos sistemas alimentares para atender às metas globais futuras.
- Crises Climáticas: proteger a segurança alimentar e a nutrição durante eventos climáticos extremos e mudanças climáticas.
- Compromissos ambientais globais pactuados no Rio de Janeiro: conectar as políticas alimentares com as metas globais sobre biodiversidade, desertificação e mudanças climáticas.
- Incerteza Geopolítica: lidar com conflitos globais sobrepostos e choques sistêmicos (também chamadas de policrises).
- Comércio Internacional: gerenciar as regras do comércio global para apoiar o acesso estável aos alimentos.
- Concentração Corporativa: enfrentar o controle excessivo de grandes empresas sobre a cadeia alimentar.
- Inovações Digitais e IA: usar novas tecnologias de forma segura e justa na agricultura.
- Saúde Única: equilibrar a saúde de pessoas, animais e ecossistemas em conjunto.
- Acessibilidade de Dietas Saudáveis: garantir que alimentos nutritivos tenham preços que todos possam pagar.
- Protagonismo: Dar às pessoas mais poder e uma voz mais forte nas escolhas alimentares locais.

O documento aponta que a transição para o período pós-2030 demanda a superação definitiva de abordagens setoriais e tecnocráticas isoladas que historicamente priorizaram apenas o incremento volumétrico da produtividade agrícola. Intervenções fragmentadas frequentemente criam externalidades negativas graves, tais como o colapso de serviços ecossistêmicos, a perda de agrobiodiversidade e o estreitamento das dietas humanas em torno de poucas monoculturas de base. Da mesma forma, afirma que redes de proteção social desenhadas sem integração com os ambientes alimentares locais falham em assegurar dietas nutricionalmente adequadas. A transformação abrangente dos sistemas agroalimentares deve constituir o eixo articulador de uma nova agenda de desenvolvimento internacional, estabelecendo sinergias operacionais com as transições globais de energia limpa, conectividade

digital inclusiva, trabalho decente, educação e conservação ambiental. Essa perspectiva reafirma o direito humano à alimentação adequada e saudável como elemento central e inegociável da formulação de políticas públicas.

Para que essa agenda ganhe tração, o painel conclui que é imperativo confrontar as assimetrias distributivas e a influência corporativa desproporcional nas estruturas de tomada de decisão. A governança pós-2030 necessita de mecanismos transparentes de prestação de contas, salvaguardas explícitas contra conflitos de interesse na formulação de diretrizes de saúde pública e apoio decisivo a sistemas produtivos diversificados, com destaque para abordagens agroecológicas e sistemas territoriais de abastecimento. Nesse contexto, o Comitê de Segurança Alimentar Mundial posiciona-se como o fórum indispensável para negociar as escolhas políticas, custos de oportunidade e compensações estruturais inerentes a essa transição, garantindo que o direito à alimentação e a justiça distributiva prevaleçam sobre interesses meramente mercantis.

A Segurança Alimentar e Nutricional em Meio às Crises Climáticas

Como primeira na lista de questões globais, a emergência climática atua como um vetor de desestabilização multidimensional da saúde pública e dos sistemas alimentares globais, exercendo impactos cumulativos sobre a produção primária, as cadeias logísticas e a integridade bioquímica dos alimentos. A alteração contínua dos regimes pluviométricos, a elevação sistemática das temperaturas globais e o aumento expressivo na frequência e severidade de eventos climáticos extremos causam perdas volumétricas expressivas na produtividade agropecuária, pesqueira e aquícola. Contudo, os impactos transcendem os choques diretos na oferta agrícola. As rupturas na infraestrutura de transporte geram volatilidade desmedida nos preços de alimentos básicos, enquanto a degradação dos ecossistemas compromete as fontes de subsistência de produtores familiares, povos indígenas e trabalhadores rurais.

Do ponto de vista nutricional, o aumento das concentrações atmosféricas de dióxido de carbono provoca um fenômeno silencioso de empobrecimento do perfil nutricional das principais culturas alimentares de base. Evidências científicas demonstram reduções substanciais na densidade de micronutrientes essenciais como ferro e zinco, além de perdas no teor de proteínas em cereais e leguminosas fundamentais, o que agrava a prevalência de fomes ocultas em grupos demográficos biologicamente vulneráveis. Essas alterações ecológicas e agronômicas incidem sobre uma crise prévia de saúde global, acelerando as taxas de desnutrição infantil, desnutrição intrauterina e complicações metabólicas ligadas à ingestão de dietas desbalanceadas.

O documento evidencia, ainda, a profunda injustiça climática estrutural que delineia o cenário internacional. As dez nações que enfrentam os quadros mais severos de insegurança alimentar no planeta respondem conjuntamente por apenas uma fração residual das emissões globais de gases de efeito estufa, calculada em menos de um décimo de porcentagem, ao passo que as economias de alta renda e industrializadas concentram a grande maioria das emissões históricas e correntes. Regiões do Sul Global, com ênfase na África Subsaariana e partes do Sul e Sudeste Asiático, suportam desproporcionalmente o ônus sanitário e social da crise ambiental, dispondo de margem fiscal exígua e pesadas cargas de endividamento externo que restringem a capacidade estatal de investimento em adaptação.

A superação dessa vulnerabilidade exige uma reorganização profunda dos incentivos financeiros e dos subsídios agrícolas. Atualmente, vultosos aportes de recursos públicos no

Norte Global continuam fomentando modelos agrícolas intensivos em insumos sintéticos e focados em monoculturas ecologicamente frágeis, em detrimento do apoio a culturas alimentares tradicionais, ricas em micronutrientes e resilientes ao estresse hídrico. É fundamental canalizar o financiamento climático diretamente para o fortalecimento da agroecologia, da diversificação de sementes nativas adaptadas, do melhoramento genético participativo de espécies negligenciadas e de infraestruturas locais de armazenamento e agregação de valor. Tais investimentos protegem os ambientes alimentares territoriais e reduzem a exposição das populações de baixa renda aos colapsos climáticos que se avizinham.

Essa transformação dos sistemas alimentares está diretamente alinhada ao mandato do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) de promover a coerência de políticas e a governança inclusiva para a SAN. Como plataforma intergovernamental e multissetorial, o CSA está em uma posição única para enfrentar desafios complexos e intersetoriais que nenhuma instituição ou setor pode resolver sozinho. O CSA pode oferecer um espaço neutro para o diálogo sobre os difíceis *trade-offs* relacionados ao comércio, à ação climática, à conservação da biodiversidade, à tecnologia e à equidade. Sua estrutura inclusiva permite que governos, sociedade civil, setor privado, agências da ONU e outras partes interessadas examinem conjuntamente riscos e oportunidades emergentes para a SAN em um contexto global em rápida mudança. Ao focar na transformação dos sistemas alimentares na agenda pós-2030, o CSA pode ajudar a reenergizar a cooperação multilateral, apoiar respostas políticas integradas e garantir que a SAN permaneça central nos futuros caminhos de desenvolvimento.

Articulação entre a Segurança Alimentar e as Três Convenções do Rio: Biodiversidade, Desertificação e Clima

A segunda questão global emerge a partir da constatação de que a governança ambiental planetária permanece dividida pelas fronteiras institucionais das três Convenções do Rio: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção de Combate à Desertificação. Embora cada instrumento aborde dimensões críticas da sustentabilidade biofísica, a implementação de seus tratados ocorre de forma fragmentada, gerando contradições diretas com os imperativos da saúde global e da segurança nutricional. A preservação da biodiversidade, a restauração da fertilidade edáfica e a estabilização climática constituem pré-requisitos materiais para a produção de alimentos diversificados e saudáveis, mas o isolamento setorial frequentemente penaliza as populações mais marginalizadas.

O relatório salienta que iniciativas ambientais desprovidas de salvaguardas sociais e de direitos humanos podem agravar a insegurança alimentar. Projetos de mitigação focados exclusivamente no sequestro florestal de carbono ou na expansão de áreas de proteção estrita frequentemente restringem o acesso de comunidades camponesas, pastoris e povos indígenas às suas terras comunais, mananciais hídricos e zonas tradicionais de coleta e pesca. Tais restrições involuntárias reduzem a disponibilidade de alimentos locais, geram desestruturação econômica familiar, promovem deslocamentos compulsórios e forçam a homogeneização inadequada da dieta alimentar, substituindo víveres frescos e nutritivos por alternativas industrializadas.

Nesse cenário, a garantia da segurança da posse da terra e dos direitos de governança territorial surge como o elo estrutural que deve conectar os três tratados globais à garantia do direito à alimentação. Conforme preconizado nas Diretrizes Voluntárias sobre a Governança

Responsável da Posse da Terra, da Pesca e das Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional, a concessão e a formalização de direitos consuetudinários de posse representam o mecanismo mais eficiente para conciliar restauração ecológica e suficiência nutricional. Avaliações científicas internacionais comprovam que territórios sob o controle formal e manejo de povos tradicionais e agricultores familiares apresentam taxas de conservação da biodiversidade e retenção de carbono equivalentes ou superiores às unidades de conservação tradicionais.

Torna-se indispensável integrar formalmente critérios vinculantes de segurança da posse e salvaguardas de consentimento livre, prévio e informado aos fluxos internacionais de financiamento ambiental, como o Fundo Verde para o Clima e o Fundo Global para o Meio Ambiente. Os planos nacionais de adaptação, as estratégias de biodiversidade e os compromissos de neutralidade na degradação da terra devem adotar indicadores unificados, a exemplo de métricas de riqueza de espécies na dieta, assegurando que as políticas de conservação promovam diretamente a diversidade nutricional, a estabilidade das comunidades rurais e a equidade sociopolítica.

O CSA tem vantagem comparativa e pode atuar como ponto de entrada estratégico para diálogos sobre clima, alimentação e nutrição. O HLPE-FSN pode apoiar o CSA produzindo diretrizes baseadas em evidências para sistemas alimentares diversos e resilientes ao clima, que forneçam culturas nutritivas acessíveis aos pobres e promovam a responsabilização pelos compromissos de SAN. O CSA deve trabalhar para vincular políticas de clima, segurança alimentar e nutrição. A pesquisa e as ações políticas sobre clima, segurança alimentar e nutrição precisam ser integradas se quisermos alcançar os objetivos do ODS 2 até 2030.

Incerteza Geopolítica e Policrises: Mecanismos de Previsão e Prevenção de Impactos

Em seguida, ao tratar da atual geopolítica e crises, o documento ressalta que o contexto internacional contemporâneo caracteriza-se por uma instabilidade geopolítica acentuada, alimentada pela emergência de conflitos armados ativos, enfraquecimento das instâncias multilaterais de governança e proliferação de dinâmicas de policrise. A policrise define-se pela convergência temporal e geográfica de múltiplos vetores de choque independentes, como guerras, eventos climáticos catastróficos, pandemias e colapsos macroeconômicos, que interagem de forma não linear gerando impactos acumulados muito superiores à soma individual de cada evento. No âmbito da saúde global e da nutrição, tais crises complexas destroem os determinantes sociais da saúde, desestruturam as redes de saneamento básico e colapsam o acesso físico e financeiro a dietas adequadas.

Dados humanitários internacionais evidenciam que a grande maioria das pessoas em situação de insegurança alimentar aguda no mundo habita regiões afetadas por conflitos armados e fragilidade institucional. O uso deliberado da privação alimentar e a destruição intencional de infraestruturas agrárias, portuárias e sistemas de tratamento de água como instrumentos de coerção política configuram violações gravíssimas ao direito internacional humanitário e ao direito humano à alimentação. Ademais, a relação entre insegurança alimentar e desestabilização civil opera em um ciclo bidirecional, em que a carestia e o aumento dos preços de produtos essenciais deflagram crises de governabilidade e agitações sociopolíticas, as quais, por sua vez, aprofundam a paralisia econômica e o colapso alimentar.

A gestão desse cenário exige uma transição paradigmática da resposta humanitária meramente reativa para mecanismos estruturados de ação antecipatória fundamentados em

dados de alta resolução. A modelagem preditiva avançada, a integração de dados de sensoriamento remoto, inteligência artificial e o monitoramento em tempo real de mercados locais permitem projetar e identificar desvios anômalos de abastecimento semanas ou meses antes da eclosão de situações declaradas de inanição. Esse modelo viabiliza intervenções preventivas, tais como transferências emergenciais de renda, estoques descentralizados de insumos e fortalecimento precoce da assistência alimentar e nutricional a gestantes, crianças e famílias afetadas, reduzindo custos operacionais e evitando perdas intergeracionais no desenvolvimento cognitivo de crianças.

No plano da governança global, torna-se urgente operacionalizar o nexo humanitário-desenvolvimento-paz por meio de políticas intersetoriais integradas. As respostas emergenciais devem ser combinadas com o apoio contínuo à capacidade produtiva de pequenos agricultores e a manutenção de programas de alimentação escolar geridos localmente, os quais mantêm a retenção educacional de jovens e sustentam a economia das comunidades afetadas. O Comitê de Segurança Alimentar Mundial precisa reafirmar seu Quadro de Ação para a Segurança Alimentar e Nutrição em Crises Prolongadas, mobilizando a diplomacia internacional para responsabilizar agentes estatais e não estatais que utilizam a fome como arma de guerra e fortalecendo as capacidades de resiliência dos sistemas comunitários.

O Papel do Comércio Internacional na Segurança Alimentar e Nutricional

Na questão seguinte, o relatório aponta que o comércio internacional de produtos agropecuários constitui um componente vital para o equilíbrio alimentar mundial, desempenhando o papel de equalizar desbalanços na produção doméstica, atenuar déficits temporários e garantir o suprimento regular em nações com graves restrições de área cultivável e recursos hídricos. No entanto, a organização contemporânea dos fluxos comerciais internacionais não se traduz automaticamente em benefícios equitativos para a saúde e a nutrição das populações. Ao longo das últimas décadas, o regime de liberalização comercial desregulamentada gerou assimetrias profundas, enfraquecendo as matrizes produtivas domésticas no Sul Global e ampliando a dependência externa de alimentos essenciais.

Um dos impactos sanitários mais severos decorrentes da globalização assimétrica dos mercados alimentares reside na aceleração da transição nutricional. A expansão transnacional de conglomerados processadores e redes de varejo inundou os mercados de países de baixa e média renda com produtos ultraprocessados de baixo custo, alta densidade energética e pobres em micronutrientes, ricos em açúcares livres, gorduras saturadas e sódio. Esse ambiente alimentar modificado estimulou um aumento vertiginoso na carga global de sobrepeso, obesidade, diabetes mellitus e enfermidades cardiovasculares, que coexistem de forma perversa com déficits nutricionais persistentes, estruturando uma complexa dupla e tripla carga de má nutrição em comunidades historicamente vulneráveis.

As regras multilaterais sob a égide da Organização Mundial do Comércio, combinadas com a recente paralisia de seu Órgão de Apelação e a proliferação de acordos bilaterais desiguais, mantiveram um ambiente de concorrência desleal. Países desenvolvidos continuam canalizando elevados subsídios internos para culturas de grãos básicos e pecuária intensiva voltadas à exportação, deprimindo cotações globais e inviabilizando a competitividade de agricultores familiares em economias vulneráveis. Adicionalmente, o comércio internacional opera uma transferência massiva de água virtual, na qual países com grave estresse hídrico exportam

produtos agrícolas com alta pegada ecológica para suprir mercados externos, comprometendo sua própria segurança hídrica e a sustentabilidade de seus aquíferos.

Reformulações substantivas são necessárias para subordinar os acordos comerciais aos imperativos de saúde pública, sustentabilidade e direitos humanos. Os países necessitam de espaço regulatório protegido para instituir políticas de compras públicas da agricultura familiar, constituir reservas estratégicas públicas de alimentos e aplicar instrumentos fiscais e de rotulagem frontal sem o risco de sofrerem retaliações comerciais arbitrárias. Órgãos de padronização, como o *Codex Alimentarius*, devem incorporar explicitamente diretrizes de prevenção de doenças crônicas não-transmissíveis e promoção da diversidade dietética em seus parâmetros.

Uma abordagem integrada entre comércio e SAN deve superar o foco restrito na segurança dos alimentos, incorporando prevenção de doenças crônicas, composição, rotulagem e marketing nos padrões internacionais, sem restringir o espaço regulatório dos governos. Isso requer redirecionar subsídios agrícolas para sistemas produtivos diversificados, agroecológicos e sensíveis à nutrição, bem como ampliar o espaço de políticas nacionais de segurança alimentar, incluindo compras públicas, estoques estratégicos e subsídios aos alimentos. Reformas nas políticas comerciais, associadas ao fortalecimento de cadeias de abastecimento mais curtas e regionais, podem promover dietas mais saudáveis, reduzir impactos ambientais, aumentar a resiliência e fortalecer meios de vida locais. Para maior equidade, os acordos comerciais devem articular objetivos de segurança alimentar, nutrição, saúde pública, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento econômico, direitos humanos, igualdade de gênero, resiliência e autonomia, preservando o espaço de políticas nacionais adaptadas aos diferentes contextos e desafios impostos pelas mudanças climáticas, perda de biodiversidade e instabilidades geopolíticas e econômicas. Em síntese, a promoção de mercados territoriais e cadeias regionais curtas surge como estratégia para amortecer choques logísticos e proteger a soberania alimentar.

O relatório destaca que o CSA está em uma posição única para facilitar o diálogo entre governos, agências da ONU, sociedade civil, povos indígenas, pesquisadores e o setor privado sobre as implicações do comércio para a SAN. O CSA pode aumentar a conscientização sobre as relações entre comércio, nutrição, direitos, clima, água e sustentabilidade; apoiar a geração de evidências e a aprendizagem de políticas; e oferecer uma plataforma para considerar orientações voluntárias sobre governança comercial sensível à nutrição, equitativa e sustentável. O CSA também poderia ajudar os países a avaliar os impactos distributivos das políticas comerciais, incluindo quem se beneficia, quem arca com os custos e como as assimetrias de poder moldam os resultados. Poderia facilitar o diálogo sobre concentração corporativa, governança das cadeias de valor, espaço político e mecanismos para a participação significativa dos grupos afetados. Dessa forma, o CSA poderia ajudar a alinhar a governança comercial com o direito à alimentação, a igualdade de gênero, os princípios de Saúde Única, a sustentabilidade ambiental e as estratégias nacionais de SAN.

Concentração Corporativa e Assimetrias de Poder nos Sistemas Agroalimentares

A conformação estrutural dos sistemas agroalimentares contemporâneos é marcada por níveis sem precedentes de concentração corporativa vertical e horizontal em diferentes etapas da cadeia de valor. No segmento a montante da produção primária, pouquíssimas corporações transnacionais exercem controle oligopólico sobre mais de metade do mercado global de sementes comerciais e grande parte do mercado de pesticidas sintéticos, enquanto um número

restrito de tradings multinacionais domina quase a totalidade do comércio transfronteiriço de grãos. Essa concentração estende-se crescentemente aos setores de aquicultura, pecuária intensiva, processamento industrial de alimentos, canais de distribuição varejista e infraestrutura digital.

Embora esse modelo corporativo tenha sido tradicionalmente legitimado sob narrativas de eficiência operacional e economias de escala, as evidências revelam que ele gera fragilidades sistêmicas extremas e aprofunda os determinantes comerciais da saúde. O poder excessivo de monopsônio exercido pelas grandes compradoras permite a compressão deliberada dos preços pagos aos pequenos agricultores e a precarização das condições laborais dos trabalhadores do campo, capturando fatias desproporcionais do valor econômico gerado e destruindo as condições de subsistência no meio rural. A monopolização dos recursos genéticos em poucas variedades de sementes híbridas e geneticamente modificadas acelera a erosão genética e está associada à perda progressiva da concentração de nutrientes em lavouras comerciais.

A concentração nas indústrias de transformação e nas redes de supermercados consolida ambientes alimentares obesogênicos. O imenso poder financeiro dessas corporações financia campanhas agressivas de marketing direcionadas a crianças e populações de baixa renda, ao mesmo tempo em que subsidia atividades de lobby político que bloqueiam, retardam ou esvaziam medidas regulatórias de saúde pública, tais como a tributação de bebidas açucaradas, restrições à publicidade infantil e advertências sanitárias em rótulos. Além disso, a financeirização progressiva dos sistemas alimentares transformou terras agrícolas e recursos naturais em ativos puramente especulativos, distanciando as decisões de produção das necessidades nutricionais coletivas.

O enfrentamento desse cenário requer a modernização das legislações concorrenciais e antitruste nacionais e internacionais para que ultrapassem a análise estrita de preços de curto prazo ao consumidor e passem a avaliar impactos sistêmicos sobre a saúde pública, a agrobiodiversidade e os direitos humanos. Faz-se necessário regular práticas comerciais desleais, banir abusos de posição dominante e impor transparência estrita sobre cadeias de fornecimento. Os governos devem apoiar ativamente modelos associativos, cooperativas agrícolas e empresas de economia solidária para restabelecer o equilíbrio do poder de barganha, resguardando os espaços decisórios democráticos da captura regulatória por interesses monopolistas. Nesse contexto, o CSA pode proporcionar um espaço intergovernamental legítimo para analisar, avaliar e avançar em possíveis respostas políticas à concentração corporativa na perspectiva dos sistemas alimentares, com base nas evidências produzidas pelo HLPE-FSN.

Inovações Digitais e Inteligência Artificial: Oportunidades e Riscos para a Nutrição

A disseminação acelerada de tecnologias digitais, algoritmos preditivos, aprendizado de máquina e sistemas de inteligência artificial nos sistemas alimentares inaugura um novo domínio de oportunidades técnicas e desafios ético-sanitários globais. Em termos potenciais, ferramentas digitais e sensoriamento de precisão podem aprimorar substancialmente o manejo agronômico, otimizar a aplicação de insumos, antecipar surtos de pragas, melhorar a rastreabilidade sanitária nas cadeias de suprimentos e fornecer dados críticos para sistemas de alerta precoce de crises de abastecimento e choques meteorológicos.

Entretanto, as tecnologias digitais não atuam em um vácuo social de neutralidade. Quando implementadas sem marcos regulatórios robustos de interesse público, essas inovações tendem a exacerbar disparidades pré-existentes e aprofundar o abismo digital que exclui a

agricultura familiar e os trabalhadores rurais marginalizados. A maior parte dos modelos e algoritmos agrícolas desenvolvidos pelo setor privado corporativo é treinada exclusivamente sobre matrizes industriais de larga escala, perpetuando padrões de monocultura intensiva e desconsiderando os conhecimentos ecológicos tradicionais e os arranjos produtivos comunitários do Sul Global.

Um dos vetores mais alarmantes e desregulados da inteligência artificial diz respeito à sua aplicação na engenharia de ambientes alimentares digitais. Motores de recomendação algorítmica em plataformas de comércio eletrônico, aplicativos de entrega de refeições e redes sociais utilizam dados comportamentais hiperespecíficos para segmentar publicidade predatória e aplicar precificação dinâmica em favor de produtos ultraprocessados. Crianças, adolescentes e famílias vulneráveis em processos de transição urbana tornam-se alvos preferenciais dessas estratégias de marketing algorítmico, o que acelera a substituição de hábitos alimentares tradicionais por produtos hiperpalatáveis e nocivos à saúde metabólica.

Existe também uma crescente preocupação com a soberania sobre os dados agrícolas. As corporações transnacionais de tecnologia e agronegócio extraem sistematicamente dados primários gerados pelos agricultores sobre clima, solo e manejo biológico, convertendo essas informações em serviços proprietários caros e opacos que aprisionam o produtor rural em plataformas fechadas. Para contrapor essa dinâmica, é indispensável estabelecer infraestruturas públicas digitais abertas e interoperáveis, garantir a governança coletiva de dados por cooperativas de produtores e aprovar regulamentações vinculantes de proteção e transparência algorítmica, impedindo a manipulação do consumo alimentar e promovendo a soberania tecnológica comunitária.

Aproveitando sua legitimidade e estrutura inclusiva, o CSA poderia fornecer orientações essenciais sobre governança equitativa de dados e estruturas de responsabilização da IA para sistemas alimentares digitais. O CSA pode servir como um fórum vital para promover a colaboração intersetorial, equilibrando inovação com as necessidades de segurança alimentar. O CSA também poderia convocar o diálogo sobre padrões de governança para a IA nos sistemas alimentares (incluindo mecanismos de responsabilização aplicáveis, supervisão independente e participação significativa das comunidades afetadas), superando assim os marcos voluntários de "IA ética" e avançando em direção a regras multilateralmente acordadas com capacidade de implementação. Diferentemente de outros órgãos, o CSA garante que a transformação digital permaneça sujeita a prestação de contas ao interesse público e centrada nas perspectivas das comunidades afetadas.

A Abordagem de "Saúde Única" (One Health) como Eixo Integrador

A abordagem de Saúde Única (One Health) constitui uma matriz analítica e operacional indispensável para enfrentar os riscos biológicos e estruturais complexos que emanam dos sistemas alimentares contemporâneos. A evidência epidemiológica internacional é categórica: aproximadamente 60% das doenças infecciosas emergentes em humanos e 75% dos novos patógenos identificados nas últimas décadas têm origem animal, sendo a maioria derivada do contato descontrolado com a fauna silvestre. O avanço da fronteira agropecuária industrial, o desmatamento acelerado e a destruição de hábitats naturais provocam a ruptura dos equilíbrios ecossistêmicos nativos, amplificando as taxas de transbordamento zoonótico de vírus e bactérias com potencial pandêmico.

Simultaneamente, a intensificação da pecuária confinada e da aquicultura em larga escala tem fomentado o uso massivo e contínuo de antibióticos com finalidades profiláticas ou de promoção do crescimento biológico. Essa prática disseminada impulsiona a expansão global da resistência antimicrobiana, erodindo a eficácia de medicamentos essenciais na medicina humana e veterinária e projetando um cenário de elevados índices de morbimortalidade por infecções refratárias. Além disso, a contaminação química dos alimentos por resíduos de agrotóxicos, metais pesados e toxinas ambientais representa um encargo toxicológico crônico que afeta a saúde de trabalhadores e consumidores.

O relatório do HLPE-FSN expande decisivamente as fronteiras convencionais do conceito de Saúde Única, argumentando que a abordagem não deve se restringir à vigilância de surtos infecciosos e pandemias zoonóticas. As doenças crônicas não transmissíveis decorrentes de sistemas alimentares que privilegiam a oferta massiva de calorias vazias constituem a principal causa de mortalidade precoce no mundo e devem ser integradas integralmente ao escopo de Saúde Única. A integridade do solo, a pureza da água, a preservação dos polinizadores e a diversidade botânica são determinantes diretos da densidade nutricional dos alimentos e, por conseguinte, da resposta imunológica e saúde física das populações.

A operacionalização efetiva dessa perspectiva requer a superação das divisões institucionais e a criação de estruturas de governança interministeriais permanentes que unam pastas de saúde, agricultura, meio ambiente, comércio e finanças. O Comitê de Segurança Alimentar Mundial, em consonância com o trabalho da Quadripartite (FAO, OMS, OMSA e PNUMA), desempenha um papel fulcral ao imprimir a ótica da justiça social e do direito humano à alimentação sobre o debate técnico. É crucial desenhar intervenções de biossegurança e normas de inocuidade que não inviabilizem economicamente o acesso de populações empobrecidas a alimentos frescos e perecíveis, garantindo simultaneamente o bem-estar animal, a proteção ambiental e a segurança nutricional universal.

Acessibilidade Econômica a Dietas Saudáveis e Nutritivas

A inacessibilidade financeira a dietas adequadas configura uma das mais graves falhas de mercado e de governança distributiva do sistema alimentar internacional. No cenário recente, centenas de milhões de indivíduos permanecem submetidos à fome crônica, enquanto mais de 2,6 bilhões de seres humanos em todo o planeta estão financeiramente incapacitados de adquirir uma dieta que atenda aos requisitos mínimos de densidade nutricional e diversidade biológica. O continente africano vivencia essa realidade de forma aguda, com cerca de dois terços de sua população total impossibilitados de arcar com os custos de alimentos saudáveis.

O problema central reside na assimetria de preços relativos imposta pela estrutura dos sistemas produtivos: alimentos frescos, ricos em micronutrientes, como hortaliças, frutas, legumes e proteínas nobres, custam globalmente quase três vezes mais do que dietas energéticas básicas baseadas apenas em amidos refinados e açúcares. Essa distorção econômica foi intensificada pelos picos de inflação de alimentos registrados nos últimos anos, impulsionados pela volatilidade energética, conflitos em regiões exportadoras estratégicas, especulação financeira desregulada nos mercados de commodities e rupturas nas cadeias globais de suprimentos.

Pelo lado da demanda, a inacessibilidade financeira é agravada pelo achatamento dos salários reais, pela perda de poder de compra e pela informalidade estrutural que atinge trabalhadores urbanos e rurais no Sul Global. A falta de renda suficiente induz escolhas

alimentares compensatórias para produtos ultraprocessados de baixo valor nutricional e baixo custo monetário, perpetuando o ciclo vicioso de desnutrição infantil, deficiências de vitaminas essenciais e avanço precoce de doenças metabólicas. Pelo lado da oferta, a perecibilidade de produtos frescos e as oscilações sazonais castigam desproporcionalmente agricultores e consumidores de baixa renda, que carecem de infraestruturas adequadas de frio e armazenagem.

A reversão desse quadro requer intervenções fiscais, monetárias e de proteção social coordenadas. Os governos devem redesenhar os subsídios agrícolas para desonerar a produção de hortifrutigranjeiros e alimentos tradicionais diversificados, reorientando compras públicas para circuitos curtos de comercialização. No âmbito da demanda, impõe-se a garantia de pisos salariais condizentes com o custo real de uma alimentação adequada, complementada por transferências de renda direcionadas, programas universais de alimentação escolar com suprimento local e subsídios diretos para a aquisição de alimentos frescos, assegurando que o custo financeiro jamais represente uma barreira para a nutrição digna.

Análises mostram que a alta dos preços dos alimentos entre 2021 e 2023 teve características e fatores impulsionadores diferentes daqueles observados entre 2008 e 2012, exigindo respostas políticas distintas. Há necessidade, portanto, de revisitar o primeiro relatório do HLPE-FSN sobre volatilidade de preços e segurança alimentar (2011) e complementar as recomendações de política subsequentes do CSA. As recomendações de política do CFS sobre volatilidade de preços (2011) reconheceram o Plano de Ação do G20 sobre Volatilidade de Preços dos Alimentos e Agricultura, pediram a conclusão bem-sucedida da Rodada Doha da OMC e apoiaram o Sistema de Informação sobre Mercados Agrícolas (AMIS) e o Fórum de Resposta Rápida do AMIS. As recomendações de política de 2011 devem ser revisadas e complementadas considerando novos dados e análises dos últimos 15 anos, incluindo lições aprendidas com a alta dos preços dos alimentos em 2021-2023, bem como com o conflito de 2026 na região do Golfo e suas consequências. Há necessidade de aprofundar a análise dos fatores que impulsionam os custos dos alimentos, a acessibilidade e a capacidade de pagamento, e de compartilhar as experiências dos países no avanço da acessibilidade alimentar. Nesse sentido, o CSA precisa de recomendações de política efetivas sobre como enfrentar os fatores estruturais por trás desse desafio.

O Fortalecimento da Agência na Segurança Alimentar e Nutricional

A evolução do pensamento acadêmico e das formulações políticas em segurança alimentar consolidou o reconhecimento da agência como a sexta dimensão constitutiva e inseparável do marco conceitual de SAN, somando-se à disponibilidade, acesso, utilização, estabilidade e sustentabilidade. A agência define-se como a capacidade substantiva de indivíduos, comunidades, trabalhadores e grupos organizados de exercer autonomia em suas escolhas alimentares, definir suas estratégias de produção e comercialização e participar de maneira qualificada e vinculante dos processos decisórios e institucionais que moldam os sistemas alimentares.

Inspirada nas abordagens contemporâneas das capacidades humanas e fundamentada nos princípios do direito internacional dos direitos humanos, a agência transcende a noção reducionista de liberdade de consumo em mercados desiguais. Ela abrange a soberania territorial, a libertação contra contratos agrários abusivos, a proteção de pequenos produtores contra relações de subordinação econômica e o combate à manipulação da informação

alimentar exercida por conglomerados corporativos. A agência funciona tanto como um fim em si mesma, intrínseca à dignidade humana, quanto como um meio habilitador indispensável: quando indivíduos ou coletividades são destituídos de poder decisório, todas as outras cinco dimensões da segurança alimentar sofrem deterioração progressiva.

As restrições de agência manifestam-se de forma acentuada nas desigualdades estruturais de gênero e classe. Mulheres rurais respondem por expressiva parcela do trabalho produtivo agrícola e pelo cuidado nutricional familiar, mas enfrentam barreiras patriarcais sistêmicas que limitam a titularidade de terras, o acesso a crédito produtivo, a representação em cooperativas e até mesmo a equidade na partilha intrafamiliar de refeições. Da mesma forma, povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e populações camponesas sofrem com o epistemicídio de seus conhecimentos botânicos e são frequentemente alijados dos espaços estatais de planejamento territorial.

O documento aponta a necessidade urgente de superar lacunas metodológicas de mensuração e desenvolver indicadores padronizados de agência para orientar políticas públicas. O Comitê de Segurança Alimentar Mundial possui legitimidade institucional única para ancorar a agência como pilar fundamental de suas recomendações normativas. Fortalecer a agência implica desconcentrar a posse de ativos produtivos, assegurar o direito à auto-organização de trabalhadores rurais e urbanos, blindar os fóruns públicos de governança contra a influência corporativa indevida e instituir canais institucionais democráticos de deliberação. Somente a democratização do poder decisório permitirá a construção de sistemas alimentares resilientes, ecologicamente equilibrados e capazes de assegurar saúde e dignidade para toda a humanidade.

Com sua plataforma inclusiva e multissetorial, seu mandato normativo de convergência de políticas e seu espaço neutro de deliberação, o CSA ocupa uma posição privilegiada para avaliar e promover o papel da agência para a SAN. Reconhecer a agência acompanha a evolução do pensamento acadêmico e político sobre os sistemas alimentares e preenche uma lacuna não contemplada integralmente pelos quatro pilares tradicionalmente adotados. A agência permite abordar desigualdades estruturais, como a concentração da propriedade da terra e os desequilíbrios de poder, e reforça o compromisso do CSA com uma governança transparente, democrática e sujeita à prestação de contas. O fortalecimento da agência pode melhorar a adaptação e ajudar a responder a choques interconectados, como mudanças climáticas, conflitos e volatilidade dos mercados. Ao incluir a agência em futuras linhas de trabalho, o CSA poderia identificar os conflitos, limites e desafios envolvidos em seu fortalecimento.

Em conjunto, as questões destacadas pelo HLPE-FSN reforçam que a SAN depende de respostas coordenadas em diferentes níveis de governança. Essa perspectiva também está presente, embora com ênfases distintas, nas recentes deliberações da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Segurança alimentar e nutricional da 81ª AGNU

Em diálogo com as questões apresentadas pelo HLPE-FSN, a Resolução A/RES/80/157, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em dezembro de 2025, reúne compromissos relacionados ao desenvolvimento agrícola e à SAN, ainda que o tema não tenha sido destaque nesta última assembleia. O documento também solicita ao Secretário-Geral a apresentação, durante a 81ª sessão da Assembleia Geral, de um relatório orientado à ação sobre sua implementação. A resolução oferece, assim, uma referência política complementar à análise

técnica desenvolvida pelo HLPE-FSN e permite examinar em que medida as questões identificadas pelo Painel vêm sendo incorporadas à agenda multilateral.

O documento começa expressando profunda preocupação com o retrocesso na erradicação da fome e de todas as formas de má nutrição em nível global, apontando como determinantes a confluência de choques macroeconômicos, tensões geopolíticas, conflitos armados, impactos adversos da mudança do clima, perda de biodiversidade e a persistente volatilidade dos preços de alimentos e insumos essenciais, como os fertilizantes. Diante de estatísticas alarmantes de desnutrição infantil, desnutrição crônica e sobrepeso, a resolução sublinha a urgência de uma resposta coordenada, inclusiva e orientada para a transformação sistêmica dos modelos produtivos agroalimentares.

Nesse contexto, a Assembleia Geral direciona um conjunto articulado de recomendações e mandatos à comunidade internacional e aos Estados-Membros, com ênfase na necessidade de fortalecer a arquitetura financeira internacional por meio de instrumentos de alívio da dívida, ampliação do financiamento de concessões e canalização de subsídios a países em desenvolvimento altamente vulneráveis e dependentes de importações. Paralelamente, preconiza-se a transição para práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis e resilientes ao clima, incluindo agroecologia, manejo sustentável do solo, agroflorestas e agricultura de precisão, ao mesmo tempo em que se reforça a urgência de uma governança baseada na abordagem de Saúde Única (*One Health*), no combate à resistência antimicrobiana e na valorização sustentável dos recursos hídricos, marinhos e florestais.

A dimensão social e a equidade estruturam grande parte das diretrizes do texto, que reivindica ações prioritárias para superar a disparidade de gênero no meio rural, garantindo às mulheres agricultoras e pescadoras pleno acesso à posse da terra, crédito e mercados, além de reconhecer o papel fundamental da agricultura familiar, dos povos indígenas e das comunidades locais na conservação da agrobiodiversidade e na sustentabilidade do abastecimento. Para assegurar a proteção dos grupos mais vulneráveis e promover hábitos alimentares saudáveis, a resolução recomenda a expansão de programas universais de proteção social, a consolidação de políticas integradas de alimentação escolar abastecidas por pequenos produtores locais e a promoção contínua do aleitamento materno e da nutrição infantil.

No plano econômico e operacional, o documento exorta à preservação de um sistema multilateral de comércio aberto, justo, não discriminatório e alinhado às regras da Organização Mundial do Comércio, repudiando medidas protecionistas ilegítimas e estoques especulativos, ao passo que incentiva investimentos estratégicos na infraestrutura logística e pós-colheita para a redução contundente das perdas e do desperdício de alimentos ao longo de toda a cadeia. Por fim, enfatiza-se a cooperação técnica e a transferência de tecnologia digital para o fortalecimento dos sistemas de alerta precoce multirriscos e da capacidade preditiva contra crises climáticas, reafirmando a liderança normativa do Comitê de Segurança Alimentar Mundial e determinando que o Secretário-Geral apresente um relatório substantivo de implementação à Assembleia Geral durante sua octogésima primeira sessão, na qual a temática permanecerá inscrita como prioridade da agenda internacional.

A sucessão na direção do Programa Mundial de Alimentos

Em paralelo, fortaleceu-se a possibilidade de nomeação do estadunidense Luke Lindberg para a direção executiva do Programa Mundial de Alimentos (WFP) da ONU. A candidatura, que foi formalizada pela administração Trump em abril de 2026, para suceder a Cindy McCain,

configura mais um episódio controverso na governança humanitária multilateral recente, com perspectivas que se dividem em torno de eixos geopolíticos, ideológicos e operacionais (DEVEX, 2026a).

Apoiadores, concentrados no governo dos Estados Unidos e em círculos agrícolas e comerciais, sustentam que Lindberg reúne qualificações excepcionais para o cargo, invocando sua gestão como Subsecretário de Assuntos Comerciais e Agrícolas Estrangeiros do USDA, onde supervisionou programas como *Food for Peace, McGovern-Dole e Food for Progress*, além de ter reestruturado o *Food for Peace* em um modelo descrito como mais inovador e de prestação de contas. O Departamento de Estado e o USDA destacam sua visão estratégica, seu foco em resultados e seu compromisso com transparência, enquanto a Secretária de Agricultura Brooke Rollins e o Secretário de Estado Marco Rubio enfatizam sua excelência operacional e sua capacidade de imprimir gestão orientada a resultados ao WFP. O próprio Lindberg promove a iniciativa "*Let's Get Folks Fed*" (FED), centrada em três prioridades: concentrar o WFP em sua missão central de alimentar os famintos, alcançar excelência operacional em sua cadeia de suprimentos e ampliar a base de doadores para além dos Estados Unidos, argumentando que o país não apenas participa, mas lidera o esforço global de alimentação (LINDBERG, 2026).

Além disso, setores agrícolas e de comércio exterior estadunidenses veem na indicação uma oportunidade de alinhar a ajuda alimentar aos interesses comerciais e agrícolas norte-americanos, potencialmente ampliando a demanda por commodities dos EUA por meio de ajuda em espécie (BARRETT, 2026), e observadores simpáticos à sua trajetória, que inclui passagens pela EXIM e pela South Dakota Trade, ressaltam que sua experiência em financiamento comercial, logística de cadeias de suprimentos e mercados de commodities agrícolas poderia aprimorar a eficiência de compras, otimizar o transporte de insumos e fortalecer a resiliência do WFP diante de choques globais de suprimento, além de lhe conferir competência para navegar fricções geopolíticas, restrições à exportação e volatilidade cambial em um ambiente de policrises (SOUTH DAKOTA TRADE, 2026).

Essa leitura, contudo, é contestada por críticos que incluem governos europeus, observadores humanitários, ex-funcionários do WFP e setores das Nações Unidas, que enxergam na indicação um movimento politicamente motivado capaz de comprometer a neutralidade, a eficiência e a capacidade de resposta local da agência (DEVEX, 2026b). A principal preocupação operacional reside na preferência de Lindberg por ajuda alimentar em espécie proveniente de produtores norte-americanos em detrimento de assistência em dinheiro ou de compras locais e regionais, prática amplamente considerada menos eficiente e mais custosa, que pode reverter avanços em direção a modelos de ajuda mais flexíveis e baseados em mercado, nos quais o alimento é adquirido próximo de onde é necessário, e minar mercados alimentares regionais que se beneficiariam de injeções de recursos do WFP. Analistas sugerem, nesse sentido, que é forte a possibilidade de um retorno a um modelo de compras institucionais restrito exclusivamente a commodities norte-americanas caso um americano volte a dirigir a agência (PROGRESS & CHANGE, 2026).

A esse risco soma-se a preocupação com a neutralidade e a politização da assistência: o apoio declarado de Lindberg a Israel e ao governo Netanyahu levanta questionamentos sobre como sua liderança poderia afetar as operações do WFP e sua percepção de imparcialidade em zonas de conflito como Gaza, além de seu compromisso público de desmantelar o que chama de "complexo global de ONGs" e sua sinalização, via retuítes, de que agências alimentares da ONU deveriam "voltar ao básico", retórica que, combinada com propostas orçamentárias da

administração Trump para eliminar programas que ele mesmo supervisionou, como o McGovern-Dole, classificado como “desperdício e ineficiente”, suscita dúvidas sobre seu compromisso com o mandato da agência.

No plano diplomático, governos europeus manifestaram oposição privada à nomeação, argumentando que deve haver alinhamento entre apoio político, compromisso financeiro e papel pretendido no sistema da ONU e que cargos humanitários de alto nível não devem ser monopolizados por um único Estado-membro; essa resistência se materializou no plano processual, com o Secretário-Geral António Guterres recusando-se a nomear um novo diretor executivo antes do fim de seu mandato, em 2026, deixando a decisão para seu sucessor e nomeando o diplomata sueco Carl Skau como diretor executivo interino, refletindo desconforto mais amplo com a dominância norte-americana sobre postos-chave de liderança humanitária. O pano de fundo desse impasse é o recuo dos Estados Unidos do multilateralismo, incluindo o corte pela metade do financiamento ao WFP e o desmantelamento da USAID, que criou, segundo críticos, um déficit de legitimidade entre a participação financeira americana e sua pretensão de liderança (DEVEX, 2026b).

Os riscos para o WFP e para a agenda global de enfrentamento da fome, caso a confirmação de Lindberg se concretize, são, portanto, múltiplos e interligados. Primeiro, há o risco de reorientação da arquitetura de ajuda humanitária para prioridades comerciais e agrícolas norte-americanas, subordinando a eficiência e a adequação local das operações a interesses de exportação e a demandas de produtores domésticos, o que pode encarecer a assistência, reduzir sua capilaridade e comprometer a capacidade de resposta em contextos de crise aguda. Segundo, há o risco de erosão da neutralidade e da imparcialidade percebidas da agência, especialmente em conflitos onde posicionamentos políticos declarados do dirigente possam ser lidos como alinhamento a uma das partes, afetando acesso humanitário, aceitação local e segurança de operações. Terceiro, há o risco de crise de financiamento e de legitimidade: o WFP já enfrentava, ao fim de 2025, um déficit de financiamento de 40% em relação ao ano anterior, com reduções em 28 operações críticas, e um diretor cuja administração cortou recursos e propôs eliminar programas de ajuda alimentar dificilmente terá credibilidade para mobilizar novos doadores e persuadir o Congresso e a Casa Branca a manter aportes robustos, configurando o que analistas descrevem como a contradição de querer liderar uma agência que se esvaziou. Quarto, há o risco de paralisia institucional e de conflito diplomático duradouro, dado que a resistência europeia e a postergação da decisão por Guterres sinalizam que a confirmação de Lindberg pode aprofundar a divisão entre Estados Unidos e aliados tradicionais no financiamento humanitário, fragilizando a coordenação multilateral justamente quando a insegurança alimentar e nutricional global exige respostas coletivas e previsíveis (PROGRESS & CHANGE, 2026).

Em síntese, ainda que apoiadores vejam em Lindberg um gestor orientado a resultados capaz de reforçar o compromisso norte-americano e a disciplina operacional do WFP, a confirmação de seu nome tende a acentuar tensões entre eficiência comercial e mandato humanitário, entre liderança nacional e governança multilateral, e entre discurso de prestação de contas e prática de financiamento, com consequências potencialmente duradouras para a capacidade do WFP de cumprir sua missão e para a própria agenda internacional de combate à fome.

Conclusão

A análise das dez questões estruturais identificadas pelo HLPE-FSN 2026 evidencia que os desafios contemporâneos à SAN alimentar e nutricional global são, em sua essência, manifestações de falhas sistêmicas de governança que nenhuma abordagem setorial isolada é capaz de enfrentar com efetividade. A crise climática, a concentração corporativa, as assimetrias do comércio internacional, a inacessibilidade econômica a dietas saudáveis e a progressiva erosão da agência das populações mais vulneráveis não constituem problemas independentes e sucessivos, mas dimensões mutuamente reforçadas de uma crise estrutural dos sistemas agroalimentares globais. Superar esse quadro impõe a construção de uma nova arquitetura de governança multilateral que subordine explicitamente os interesses mercantis aos imperativos do direito humano à alimentação adequada, da justiça distributiva e da sustentabilidade ecológica.

A transformação dos sistemas alimentares no horizonte pós-2030 requer, acima de tudo, a ruptura com a lógica tecnocrática e produtivista que orientou as políticas alimentares globais nas últimas décadas. A experiência acumulada demonstra que incrementos volumétricos na produção de calorias não eliminam a desnutrição quando os determinantes estruturais do acesso permanecem intocados, e que intervenções tecnológicas desacompanhadas de salvaguardas sociais podem aprofundar as assimetrias que se pretendem corrigir. A agenda pós-2030 deve, portanto, articular de forma sinérgica a diversificação dos sistemas produtivos, o fortalecimento da agroecologia e das cadeias territoriais de abastecimento, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais e a garantia de pisos de proteção social capazes de assegurar o acesso econômico a dietas nutricionalmente adequadas para toda a população mundial.

O fortalecimento do Comitê de Segurança Alimentar Mundial como plataforma central de negociação política e convergência normativa é condição indispensável para que essa agenda ganhe tração. Diferentemente de outras instâncias de governança global, o CSA oferece um espaço intergovernamental e multissetorial inclusivo, capaz de mediar os inevitáveis conflitos de interesse entre países, grupos sociais e atores corporativos, preservando a centralidade do direito à alimentação e os interesses das populações mais marginalizadas. Para que esse papel seja exercido com plenitude, é necessário aprofundar a transparência nos processos decisórios, implementar salvaguardas robustas contra a captura regulatória por interesses privados e garantir a participação vinculante da sociedade civil, dos povos indígenas e dos pequenos produtores nos fóruns de deliberação multilateral.

A Resolução A/RES/80/157 da Assembleia Geral das Nações Unidas reafirma, no plano político, o compromisso da comunidade internacional com a transformação sistêmica dos modelos agroalimentares, reconhecendo explicitamente a centralidade da igualdade de gênero, da agricultura familiar, da agrobiodiversidade e da proteção social como eixos estruturantes de uma resposta efetiva. Contudo, o hiato recorrente entre os compromissos assumidos nas instâncias multilaterais e a implementação efetiva das políticas nos planos nacional e subnacional constitui o principal obstáculo à realização dos objetivos acordados. A superação desse déficit de implementação exige mecanismos robustos de prestação de contas, financiamento adequado e politicamente vinculante para países em desenvolvimento, e a incorporação sistemática de indicadores integrados de saúde, nutrição, equidade e sustentabilidade nos sistemas nacionais de monitoramento.

Enquanto isso, a indicação de Luke Lindberg para a direção executiva do WFP, divide perspectivas: atores internos do governo Trump defendem sua competência técnica, ao passo que atores internacionais temem que sua orientação "*America First*" comprometa a neutralidade, a eficiência e a resposta local da agência, priorize ajuda em espécie norte-americana e agrave a crise de financiamento e legitimidade do WFP. Caso confirmado, o cenário tende a acentuar tensões entre interesses comerciais dos EUA e o mandato humanitário multilateral, com riscos duradouros para a agenda global de combate à fome.

Em síntese, o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 e a construção de uma agenda alimentar verdadeiramente transformadora no período pós-2030 não serão alcançados por meio de ajustes marginais nas políticas vigentes. Exigem uma reorientação profunda das prioridades políticas e dos fluxos financeiros globais, a democratização do poder decisório nos sistemas alimentares e o enfrentamento direto das assimetrias corporativas e geopolíticas que perpetuam a insegurança alimentar e nutricional em escala global. O momento impõe que a comunidade internacional converta a urgência evidenciada pelos dados epidemiológicos e ambientais em vontade política concreta, traduzindo o direito humano à alimentação adequada de um princípio normativo em uma realidade acessível a todas as pessoas, em todos os contextos e ao longo de todo o curso da vida.

Referências

HLPE/FSN. **4th Note on Critical, Emerging and Enduring Issues. A note by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security**. Rome, Italy: [s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/ce1413en>.

UNITED NATIONS. **Resolution 80/157**, 2025. Disponível em: https://docs.un.org/en/A/RES/80/157

DEVEX. **Exclusive: Luke Lindberg chosen to lead World Food Programme.** 2026a. Available at: https://www.devex.com/news/exclusive-luke-lindberg-chosen-to-lead-world-food-programme-113293. Accessed on: 14 Sep. 2026.

PROGRESS & CHANGE. **They Want to Lead an Agency They Gutted: the WFP Leadership Question**. Available at: https://progresschange.org/wfp-leadership-may-2026 . Accessed on: 14 Sep. 2026.

LINDBERG, Luke. **"Let's Get Folks Fed" (FED) initiative**: interviews and public statements. Washington, D.C.: USDA, 2026. Available at: https://cloudflarepoc.newsmax.com/newsmax-tv/luke-lindberg-world-food-program-united-nations/2026/06/17/id/1259978/.

SOUTH DAKOTA TRADE. **Biography of Luke Lindberg**. Pierre: South Dakota Trade, 2026. Available at: https://www.congress.gov/119/meeting/house/119009/witnesses/HHRG-119-AP01-Bio-LindbergL-20260304.pdf.

DEVEX. **Devex Dish: The battle for the future of the World Food Programme — Could an American be the next head of WFP? And Europe sets its sights on leading the Food and Agriculture Organization**. 2026b. Available at: https://www.devex.com/news/devex-dish-the-battle-for-the-future-of-the-world-food-programme-112295.